

# A prova da violência

A violência policial registrada no início da semana contra aproximadamente 500 famílias que tentavam construir barracos na área de Marinha situada na margem do acesso rodoviário ao Cais de Capuaba, em Vila Velha, é um inquestionável exemplo da tergiversação da ação policial no Espírito Santo, que impõe ao futuro Governo uma reformulação de estrutura na Polícia Estadual de Segurança Pública. Na verdade, ficou comprovado que, ao invés de um instrumento de paz social, a ação da Polícia, voltada apenas para a defesa do patrimônio, só serve para agravar as tensões.

Na prática, os dois principais agentes da política de segurança — as Polícias Civil e Militar — estão simplesmente impondo um clima de desespero e revolta através do abuso de autoridade e do arbítrio, numa prova de destempero que só resulta na violência, principalmente contra as populações mais pobres da sociedade capixaba. O que ocorreu às margens do acesso ao Cais de Capuaba, onde até crianças foram algemadas, por estarem ajudando seus pais a construir os toscos barracos, não deixa qualquer dúvida sobre a tarefa que o futuro Governo do Estado terá de assumir, se quiser, efetivamente, trazer tranquilidade às comunidades carentes.

No caso específico da invasão em Vila Velha, em condições normais, nem mesmo da presença repressiva do aparato policial havia necessidade, pois, conforme disseram as vítimas da violência, nenhum documento jurídico respaldando e legalizando a ação dos policiais foi mostrado. Nem mesmo a participação do oficial de Justiça, com ordem de desocupação da área, foi registrada. Sob o aspecto legal, portanto, a ação foi arbitrária. Tanto assim que os ocupantes do terreno de Marinha disseram estar dispostos a permanecer no local, até que alguém apareça devidamente documentado, provando a propriedade do terreno.

Claro que a análise do fenômeno da violência policial requer reflexões mais profundas, partindo-se também da própria realidade regional, sem esquecer o modelo de desenvolvimento social baseado na injustiça sustentada por uma estrutura de poder autoritária. Dificilmente chegar-se-á a uma conclusão lógica, se não se levar em conta a necessidade de um raciocínio pragmático no encaminhamento dos estudos da questão. Em primeiro lugar, deve-se ver o aparato policial como o resultado de uma política de segurança montada em cima de uma visão literalmente distorcida do panorama social. De um lado, a consciência do policial está forjada, primeiramente, para a defesa do patrimônio, alheando-o da necessidade igualmente de antepor o privilégio de alguns ao direito da maioria. Estimulado por esta ótica, o mecanismo agente da autoridade desconhece questões elementares, como direitos humanos.

Em segundo lugar, a própria ação policial eficaz, que seria normal dentro deste estágio de desenvolvimento social, fica impedida, em função do clima de insegurança reinante no seio da população. Esse impedimento torna-se ainda maior, na proporção em que os atos de abuso de autoridade e arbítrio frequentes e que resultam, por seu turno, num clima de medo e de intranquilidade, principalmente para as populações mais pobres, são concretizados rotineiramente. A presença de um policial, fardado ou não, hoje, no

Espírito Santo, é sinônimo de apreensão. Não há respeito nem acatamento, mas sim pavor.

Não há como se negar, dessa forma, sob pena de se enveredar a análise pelos caminhos do eufemismo inconsequente e divorciado da prática, que a violência e a insegurança que permeiam hoje a sociedade são, na verdade, uma das formas de expressão de um modelo injusto em suas bases e que se sustenta numa estrutura de Governo autoritária, ainda. E essa estrutura autoritária incorpora-se às atitudes dos policiais e a prioridade da riqueza privada sobre os direitos sociais elementares acaba por condicionar sua ação, voltando-a, quase com exclusividade, aos crimes contra a propriedade privada, deixando de lado, inteiramente, o cuidado, a investigação e a repressão aos crimes que se cometem diariamente contra a saúde pública, o direito de moradia, as condições de trabalho, o meio ambiente, a economia popular, os direitos civis e a administração pública.

Ou seja, a ação policial mantém-se acima da maioria da população, restringindo-se à defesa de uma minoria. Portanto, a reorientação da política de segurança pública, transformando as Polícias Civil e Militar em instrumentos de paz social impõe-se como uma necessidade. Isto porque, numa situação de grandes desníveis sociais, como a que se vive agora, uma ação pautada pela preservação e pela expansão dos poucos direitos dos menos favorecidos servirá para amortecer as tensões sociais, ao invés de agravá-las.

De qualquer forma, essa reestruturação não pode ser feita à revelia de um estudo das atuais condições das duas Polícias. As deficiências são diversificadas e vão desde a formação de consciência dos agentes da autoridade até a própria estrutura de desempenho desses órgãos. Assim sendo, uma reformulação não poderia prescindir de um novo ordenamento da política de pessoal no mecanismo policial, ampliando e preenchendo os quadros pela via do concurso, distribuindo o pessoal em função do mérito e da necessidade do serviço e, ainda, valorizando os funcionários através de condições salariais em equivalência com outros setores da administração pública.

A partir daí, pode-se efetivamente redirecionar a atuação policial, pela descentralização das ações e dos atributos, de modo a transformar a estrutura policial numa ampla rede de postos de atendimento à disposição dos cidadãos de todas as classes sociais. Como complemento e fazendo com que desapareça o divórcio entre a população e a política de segurança, pode-se pensar em expandir a vigilância e o policiamento ostensivo, integrados a nível de cada pequena localidade, com a liderança comunitária, para que a população assuma, cada vez mais, o controle e o direcionamento de sua própria segurança.

No fundamental e à guisa de conclusão, o que não pode continuar é o império da truculência encastelado nos escalões subalternos dos agentes de segurança, no Espírito Santo. O próprio ambiente, caracterizado pelos desníveis sociais que impõem aos governantes solução rápida e eficaz, exige a reestruturação da política estadual de segurança pública. Casos como a violência contra os posseiros em Vila Velha não deixam de ser o melhor exemplo.